

doi <https://doi.org/10.5335/q2czks38>

Interpretando o Populismo Brasileiro Via Louis Althusser e Slavoj Žižek (1946–1964)

Análisis Del Populismo Brasileño Desde Louis Althusser Y Slavoj Žižek (1946–1964)

Interpreting Brazilian Populism Via Louis Althusser And Slavoj Žižek (1946–1964)

CAROLINE ADAM¹  

Resumo: O presente artigo objetiva analisar a atuação dos governos populistas brasileiros entre as décadas de 1940 e 1960, tendo como enfoque principal o papel da ideologia na legitimação política deste período. A partir dos conceitos de Aparelho Ideológico de Estado (AIE) e Aparelho Repressivo de Estado (ARE), elaborados por Louis Althusser e da reformulação do conceito de Ideologia proposta por Slavoj Žižek, investiga-se como o uso de instituições públicas e privadas, aliadas aos discursos políticos, foram mobilizados para conquistar apoio popular. Afinal, um governo de características populistas, tem como objetivo central o apelo direto ao povo, feito através da figura de um líder carismático. Assim, esses governos funcionavam através de mecanismos ideológicos que naturalizaram a ordem e a hegemonia política vigente. O texto também discute a relação entre propaganda, controle social e a interpelação do sujeito pelo Estado, buscando compreender as dinâmicas sociais e políticas no Brasil durante a República Populista.

Palavras-chave: Ideologia. Legitimação. Populismo.

Resumen: El artículo tiene como objetivo analizar la actuación de los gobiernos populistas brasileños entre las décadas de 1940 y 1960, el enfoque principal es el papel de la ideología en la legitimación política. A partir de los conceptos de Aparatos Ideológicos de Estado (AIE) y Aparatos Represivos de Estado (ARE), formulados por Louis Althusser, y de la reformulación del concepto de ideología propuesta por Slavoj Žižek, se investiga cómo las instituciones públicas y privadas, junto con los discursos políticos, fueron movilizadas para conquistar el apoyo popular. En los gobiernos de carácter populista, el llamamiento directo al pueblo, a través de la figura de un líder carismático, constituye un elemento central. En este contexto, dichos gobiernos operaron mediante mecanismos ideológicos que naturalizaron el orden político vigente y aseguraron la hegemonía del poder. Asimismo, el texto analiza la relación entre propaganda, control social e interpelación del sujeto por parte del Estado, con el fin de comprender las dinámicas sociales y políticas de Brasil durante la República Populista.

Palabras-clave: Ideología. Legitimación. Populismo.

Abstract: This article aims to analyze the role of Brazilian populist governments between the decades of 1940s and 1960s, focusing on the role of ideology in the political legitimization of this period. From the concepts of Ideological State Apparatus (ISA) and Repressive State Apparatus (RSA), elaborated by Louis Althusser and the reformulation of the concept of Ideology proposed by Slavoj Žižek, it is investigated how the use of public and

¹ Graduada (2024) em História pela Universidade de Passo Fundo (UPF). É mestranda em História pela mesma instituição. Bolsista CAPES II.

private institutions, allied to political discourses, were mobilized to win popular support. After all, a government of populist characteristics has as its main purpose the direct appeal to the people, made through the figure of a charismatic leader. Thus, these governments functioned through ideological mechanisms that naturalized the current political order and guaranteed political hegemony. The text also discusses the relationship between propaganda, social control and the questioning of the subject by the State, aiming to understand the social and political dynamics in Brazil during the Populist Republic.

Key-words: Ideology. Legitimation. Populism.

Considerações iniciais

Este artigo analisa a produção de legitimação política na República Populista brasileira (1946-1964), examinando como os Aparelhos Ideológicos e Repressivos do Estado, articulados à ideologia, moldaram a relação entre líderes populistas e a população. Assim, o presente estudo configura-se como um ensaio teórico-interpretativo e estrutura-se a partir das análises teóricas de Althusser e Zizek, que forneceram arcabouço conceitual para interpretar os mecanismos ideológicos de dominação e validação política, além de fontes bibliográficas e primárias (como slogans políticos e a imprensa).

As décadas de 1930 a 1960 foram marcadas por governos populistas em vários países da América Latina. No México, o fenômeno político manifestou-se no governo de Lázaro Cárdenas (1934-1940). Na Argentina, por Juan Domingos de Perón, presidente nos anos de 1946 a 1955 e de 1973 a 1974. No Brasil, Getúlio Vargas é o principal nome atrelado ao populismo, embora outros governantes também tenham adotado políticas similares. Além do segundo governo de Vargas (1951-1954), o mandato de Juscelino Kubitschek (1956-1961) e o de João Goulart (1961-1964) também contaram com várias políticas públicas alinhadas a esse fenômeno. Eurico Gaspar Dutra, que assumiu a cadeira presidencial após o fim do Estado Novo, apresentou algumas medidas populistas, mas em menor proporção. Todos esses mandatos foram marcados por um discurso de progresso econômico e social, com forte apelo ao apoio popular.

É preciso uma breve conceitualização do termo populismo, antes de abordarmos sua relação com o conceito de Ideologia de Zizek e com as AIEs de Althusser. De acordo com Bobbio; Matteucci; Pasquino, o populismo “não conta efetivamente com uma elaboração teórica orgânica e sistemática. Muitas vezes ele está mais latente do que teoricamente explícito” (2004, p. 981). Ou seja, não pode ser considerado uma corrente de pensamentos, embora suas características possam ser identificadas nas ações de seus líderes.

De todo modo, podemos definir populismo como “as fórmulas políticas cuja fonte principal de inspiração e o termo constante de referência é o povo” (Bobbio; Matteucci; Pasquino, 2004, p. 981). Compreende-se, assim, que o povo é quem atribui legitimidade às ações políticas desenvolvidas e, por isso, seu apoio se faz tão necessário. Ademais, é interessante o fato de o populismo excluir a luta de classes, pois considera o povo uma “massa homogênea”, nesse sentido, o propósito desse fenômeno seria conciliar os desejos do povo. Para Bobbio; Matteucci; Pasquino:

O populismo tende a permear ideologicamente os períodos de transição. É o ponto de coesão e de sutura, e, ao mesmo tempo, de referência e de solidificação, apresentando grande capacidade de mobilização e oferecendo-se como uma fórmula homogênea a cada uma das realidades nacionais (2004, p. 985).

Esse conceito precisa ser compreendido para além das instituições políticas tradicionais, como os partidos políticos. Slogans e promessas de campanha feitas por líderes carismáticos são uma via populista, pois objetivam a adesão popular. Entre suas principais características estão o controle de movimentos sociais, o discurso nacionalista e o uso intenso da propaganda política, simbolizados nas figuras de líderes carismáticos e paternais.

Essas imagens são construídas pela propaganda de cunho político, veiculada pela imprensa, como jornais e rádios. O populismo possui funcionamento ideológico, pois atua para naturalizar ou legitimar determinadas ordens políticas. Por isso, os autores Louis Althusser e Slavoj Žižek foram mobilizados para relacionar ideologia e populismo, aplicado ao cenário político brasileiro da República Populista. Terry Eagleton contribuirá para conceituar o termo “ideologia” e a contextualização histórica se apoiará em Thomas Skidmore, Lira Neto, Lília Schwarcz, Heloisa Starling e Maria Celina Soares de Araújo.

Louis Althusser introduziu o termo Aparelhos Ideológicos de Estado (AIE) para refletir sobre o papel das instituições na formação ideológica dos sujeitos, a partir do conceito de interpelação do indivíduo. Essas instituições, de cunho político, social e cultural, atuaram decisivamente na consolidação da hegemonia política durante os governos populistas brasileiros dos anos 1950. Em paralelo, a fundamentação teórica de Slavoj Žižek sobre Ideologia nos auxilia a compreender o seu papel na dominação e hegemonia política.

O conceito de Ideologia é muito amplo e recebeu diferentes interpretações ao longo do tempo. Para Terry Eagleton (2019, p. 24) o termo pode ser atrelado ao processo de produção de significados e valores sociais, pode ser um corpo de ideias para legitimar determinado grupo

político (verdadeiras ou falsas), um conjunto de crenças ou até mesmo, o meio pelo qual os indivíduos vivenciam suas relações com uma estrutura social. Além de outras possibilidades elaboradas e discutidas uma a uma pelo autor.

Em síntese, o presente artigo propõe compreender como as AIEs e a Ideologia atuaram na consolidação e legitimação dos governos populistas brasileiros e seus discursos. O texto conta com uma breve contextualização histórica de cada mandato e demonstra, com exemplos, a possível aplicação do conceito de AIE em práticas desenvolvidas na época. Assim, permite compreender de que forma o Estado, através de seus aparelhos ideológicos, interpelou os cidadãos brasileiros construindo consenso popular e ocultando os antagonismos sociais e as disputas de poder.

Fundamentação teórica: os AIEs e a *Interpelação do Sujeito* segundo Althusser

Neste primeiro momento, é necessário explorar os conceitos-chave que fundamentam esse artigo: Ideologia, Aparelhos Ideológicos do Estado e Interpelação do Sujeito. Três conceitos complexos, mas muito bem construídos por Althusser e centrais para o desenvolvimento da análise que se seguirá.

Louis Althusser nasceu na Argélia colonial, em 1918. Após o fim da Primeira Guerra Mundial, sua família mudou-se para a França, onde realizou sua formação profissional e delineou seus ideais políticos. Isso ocorreu em um contexto acadêmico de grande efervescência, com a elaboração de novas ideias e o desejo de reestruturar o marxismo. Durante a Segunda Guerra Mundial, foi preso e torturado pelos nazistas, justamente por suas publicações estarem atreladas à esquerda. Althusser desenvolveu suas teorias dentro do espectro marxista, influenciado pelo estruturalismo francês, especialmente por Lévi-Strauss. A partir dessa influência, o autor compreende a Ideologia como um sistema complexo de representações da realidade, que possui diferentes níveis estruturais e modos de atuação nas tramas ideológicas.

Em sua obra *Ideologia e Aparelhos Ideológicos do Estado*, publicada em 1970, Althusser elabora uma reformulação do conceito de Ideologia dentro do espectro construtivista, adicionando elementos à teoria marxista já elaborada sobre o assunto. Nesse sentido, o termo é parte de uma superestrutura, que tem como objetivo a manutenção do sistema social e político vigente até então, buscando garantir a reprodução das condições materiais de produção. Logo, amparado nos escritos de Marx, o autor afirma que a sociedade é:

Construída pelos níveis ou instâncias, articulados por uma determinação específica: a *infraestrutura* ou base econômica, e a *superestrutura*, que comporta em si mesma duas instâncias: o jurídico-político (o direito e o Estado) e a ideologia (as diferentes ideologias, religiosas, moral, jurídica, política, etc) (Althusser, 1980, p. 26).

A partir dessa perspectiva marxista, na superestrutura, há o Estado e as formas ideológicas da sociedade. O primeiro faz uso de ferramentas como os AREs e AIEs, para a manutenção da ordem social dominante. Já que, de modo geral, quem controla o poder do Estado é a classe dominante e por isso, atingir esse poder e tomá-lo para si, seria um dos objetivos da luta de classes. Os conceitos ARE e AIE são a contribuição do autor à teoria elaborada por Karl Marx e Friedrich Engels, somando-se às interpretações feitas por intelectuais marxistas ao longo do tempo.

Os Aparelhos Repressivos do Estado (ARE) e Aparelhos Ideológicos do Estado (AIE), são dois conceitos distintos, mas complementares dentro do contexto ideológico. É através deles que o Estado - e quem o controla - garante a manutenção e a reprodução do sistema vigente. Além do mais, esses conceitos são centrais na teoria elaborada por Althusser, para exemplificar a materialização da ideologia na prática, na vida cotidiana, permeando diferentes estruturas sociais. A partir deles, o autor exemplifica os mecanismos pelos quais a ideologia atua na prática, saindo de um espectro puramente abstrato.

Os ARE funcionam, principalmente pela força coercitiva física, simbolizada, por exemplo, pela polícia, pelo exército, pelos tribunais e pelo sistema prisional. Afinal, essas instituições buscam garantir a manutenção da ordem dominante, seja através da lei regulamentada na Constituição, ou através da força física e detenção, caso as normas sociais não sejam seguidas e ameçam de alguma forma a ordem estabelecida. Esses dispositivos ideológicos atuam de forma visível sempre que há risco de ruptura ou desobediência à legalidade institucional. Contudo, cabe uma observação: nem sempre os AREs são eficazes, há brechas em seu funcionamento, assim como no *modus operandi* dos AIEs. Se estes não tiverem sucesso ao interpelar determinado indivíduo e ele não seguir as normas sociais e a legislação pré-definida, poderá sofrer repressões e sanções através do ARE, como por exemplo, ser detido e retirado do convívio social.

Já os Aparelhos Ideológicos do Estado, operam de forma diferente: a princípio, de maneira velada, invisível. Seu objetivo é justamente passar despercebido, não demonstrar a interpelação do sujeito sendo feita (conceito que iremos aprofundar em seguida). Assim,

“designamos por AIE um certo número de realidades que se apresentam ao observador imediato sob a forma de instituições distintas e especializadas” (Althusser, 1980, p. 43), sobre as quais elaborou uma “lista empírica” (Althusser, 1980, p. 43). Ou seja, o autor mobiliza conceitos teóricos, para em seguida demonstrar empiricamente essas instituições, tornando sua teoria menos descritiva.

Inseridos nessa lista elaborada por Althusser estão: o AIE religioso (praticado por diferentes igrejas, a depender do local onde estão inseridas); o AIE escolar (sistema educacional de escolas públicas e privadas); o AIE familiar; o AIE jurídico; o AIE político; o AIE sindical; o AIE da informação (abrange os meios de comunicação – como a imprensa e, atualmente, as redes sociais); e o AIE cultural. Portanto, em síntese, os Aparelhos Repressivos de Estado atuam principalmente por meio da violência e da força física, quando as normas sociais ou a ordem política vigente são ameaçadas. Já os Aparelhos Ideológicos de Estado operam, como o próprio nome diz, pela ideologia. Esse sistema simbólico atende os objetivos da classe dominante, que na maior parte das vezes, compõe a administração do Estado. Além disso, precisamos destacar um ponto importante na distinção entre os ARE e os AIE:

Enquanto o aparelho (repressivo) de Estado, unificado, pertence inteiramente ao domínio público, a maioria dos Aparelhos Ideológicos de Estado (na sua dispersão aparente) revela pelo contrário o domínio privado. Privadas são as Igrejas, os Partidos, os sindicatos, as famílias, algumas escolas, a maioria dos jornais, as empresas culturais, etc (Althusser, 1980, p. 45).

Apesar de também serem permeados por ideais ideológicos, os ARE, de acordo com Althusser (1980, p.54) constituem um conjunto organizado e subordinado a uma unidade de comando centralizado, feito pelos representantes da classe dominante. Ao passo que os AIE são mais dinâmicos, com certo grau de autonomia. Isso se deve ao fato de muitas vezes ultrapassarem a esfera pública, mesclando-se com o privado, como citado acima.

Cabe, aqui, uma breve explanação sobre os principais AIEs mobilizados pelos governos populistas no Brasil nas décadas de 1950 e início de 1960. Ao abordar o AIE religioso, Althusser (1980, p. 57) comenta sua centralidade como ferramenta de manutenção da ordem dominante na Idade Média, por exemplo. Nesse período, a Igreja Católica ditava as normas e comportamentos sociais, exercia papel educacional e comandava o jogo político. Para além do exemplo da Idade Média, ao transpor essa reflexão para o contexto capitalista, mesmo que o Estado brasileiro seja laico desde que se tornou República, a religião ainda se infiltra através

dos representantes eleitos e demais administradores do Estado, assim, é possível refletir sobre esse mecanismo ainda ser fortemente atuante.

Althusser coloca o sistema escolar e todas as suas figuras como principais AIEs da reprodução da dominação vigente no sistema capitalista. A escola tem papel central na primeira fase da vida dos jovens, além do mais, é a escola quem “cuida” desses indivíduos enquanto os pais estão, justamente, trabalhando e garantindo a reprodução dos meios de produção. O sistema escolar, para o autor, é o grande trunfo da burguesia:

Cremos, portanto, ter fortes razões para pensar que, por detrás dos jogos do seu Aparelho Ideológico de Estado político, que estava à boca de cena, o que a burguesia criou como Aparelho Ideológico de Estado n.1, e, portanto, dominante, foi o aparelho escolar, que de fato substituiu nas suas funções o antigo Aparelho Ideológico de Estado dominante, isto é, a Igreja. Podemos até acrescentar: o duo Escola-Família substituiu o duo Igreja-Família (Althusser, 1980, p. 62).

Nessa perspectiva, a escola é um dos principais meios de garantir a reprodução dos meios de produção. Enquanto frequentarem a escola, além de serem alfabetizados, as crianças e adolescentes devem aprender a conviver em sociedade e seguir as regras sociais de comportamento. Precisam desenvolver a obediência e adquirir valores que coloquem o trabalho como centro de tudo, pois, no momento que deixarem a escola, ou inclusive antes, como é o caso do Ensino Médio, esses indivíduos adentrarão o mercado de trabalho, onde precisarão cumprir suas horas diárias e obedecer a seus superiores.

Para o autor, as representações da escola como um espaço libertador e laico são ilusórias, afinal, o sistema escolar exerce um “papel escondido” na manutenção do sistema capitalista. Os professores, nem sempre conscientes deste papel, ou cansados de lutar contra o sistema esmagador, são os agentes de exploração e repressão no contexto educacional. E, assim, são responsáveis por formar, em conjunto com a AIE familiar, indivíduos que servirão como massa trabalhadora para a reprodução do sistema:

Cada massa que fica pelo caminho está praticamente recheada da ideologia que convém ao papel que ela deve desempenhar na sociedade de classes: papel de explorado (com consciência profissional, moral, cívica, nacional e apolítica altamente desenvolvida); papel de agente da exploração (saber mandar e falar aos operários: as relações humanas), de agentes da repressão (saber mandar e ser obedecido sem discussão ou saber manejar a demagogia da retórica dos dirigentes políticos), ou profissionais da ideologia (que saibam tratar as consciências com o respeito, isto é, com o desprezo, a chantagem, a demagogia que convém, acomodados às subtilezas da moral, da virtude) (Althusser, 1980, p. 66).

É através dessas instituições, sejam públicas ou privadas, que os indivíduos são interpelados como sujeitos pela ideologia. Ou seja, são chamados e, de acordo com o autor, dessa forma são constituídos como sujeitos sociais que “aceitam” a ordem política vigente. Essa interpelação ocorre através das instituições sociais. O termo “aceitam” está entre aspas porque esses indivíduos nem sempre reconhecem a atuação da ideologia nas práticas sociais cotidianas, como na escola e na igreja, por exemplo. Apesar de não forçar fisicamente (na maior parte das vezes, salvo interpretações relacionadas aos AREs), a ideologia atua de forma velada, tornando natural elementos que são construídos socialmente com funções pré-estabelecidas. Essa interpelação ideológica tem sua eficácia corroborada pela própria legitimidade dessas instituições, reconhecidas como naturais pelos próprios sujeitos. Por isso, “a existência da ideologia e interpelação dos indivíduos como sujeitos são uma única coisa” (Althusser, 1980, p. 100).

A interpelação e o sujeito, para Althusser, são uma via de mão dupla: a ideologia precisa do indivíduo para existir e a ideologia constitui os sujeitos a partir da ideologia. Esta “age ou funciona de tal forma que recruta sujeitos entre os indivíduos (recruta-os a todos), ou transforma os indivíduos em sujeitos (transforma-os a todos) por esta operação muito precisa a que chamamos de interpelação” (Althusser, 1980, p. 100). Assim, esses sujeitos inserem-se na sociedade desde o momento de seu nascimento por já haver uma pré-designação ideológica. Portanto, os AIEs e AREs reforçam essa mobilização ao longo da vida.

Em síntese, é possível afirmar que cada um desses dispositivos trabalha à sua maneira para um objetivo em comum, afinal, “a partir do que sabemos, nenhuma classe pode duravelmente deter o poder de Estado sem exercer simultaneamente a sua hegemonia sobre e nos Aparelhos Ideológicos de Estado” (Althusser, 1980, p. 49). Logo, é através dessas representações, que a Ideologia se torna algo material e institucionalizado, não sendo apenas uma fantasia, uma farsa, ou ainda, uma falsa consciência. Para Althusser, não é apenas um conjunto de ideias restrito ao campo do abstrato, mas torna-se um mecanismo material, entranhado nas ações cotidianas, nos discursos, nos rituais sociais e nos aparelhos ideológicos, como já abordado.

Para concluir esse tópico, é preciso fazer uma reflexão sobre duas teses elaboradas pelo autor. Na primeira, a ideologia é a representação imaginária da relação entre indivíduos e suas condições reais de existência, logo, é uma relação com a realidade. Na segunda tese, Althusser afirma que esse sistema simbólico também tem uma existência material. Ou seja, existe sempre

num aparelho que a coloca em prática através das instituições, sejam públicas ou privadas, como já comentado. Essa materialização molda a representação da realidade e também os ideais e as ações dos sujeitos interpelados através dessas práticas materiais:

Diremos, portanto, considerando apenas um sujeito (tal indivíduo), que a existência das ideias da sua crença é material, porque as suas ideias são atos materiais inseridos em práticas materiais, reguladas por rituais materiais que também são definidos pelo aparelho ideológico material (Althusser, 1980, p. 83).

Por fim, essa complexa estrutura representativa, que se apresenta através das instituições, tem como objetivo garantir a reprodução das relações de produção e da dominação política. Aplicada à nossa questão-problema, tem como objetivo mascarar tensões sociais e possíveis conflitos através da aplicação de medidas populistas, que pode ser compreendida como parte de uma estrutura ideológica complexa.

Uma interpretação: as AIEs de Althusser nos governos brasileiros da República Populista (1946-1964)

No decorrer deste tópico, buscou-se elaborar uma interpretação que permitisse observar, a partir de exemplos claros, o entrelaçamento entre o conceito de AIE de Althusser e os governos de Eurico Gaspar Dutra, Getúlio Vargas, Juscelino Kubitschek e João Goulart. Por isso, apresenta-se uma breve síntese de cada um desses mandatos, abordando evidências e mecanismos utilizados no processo de legitimação. Dentro das possibilidades do texto, alguns elementos foram explorados com mais profundidade.

O termo “República Populista” diz respeito ao período dos anos 1946 a 1964 na política brasileira. O fim do Estado Novo e as eleições presidenciais no final de 1945 inauguraram um novo momento da história dos regimes democráticos no Brasil, até o início da ditadura militar, pondo fim à mais ampla experiência democrática que o país havia presenciado até o momento a que nos referimos. O contexto pós-Segunda Guerra Mundial, com a economia global fragilizada e o início da Guerra Fria, legitimava a necessidade de um Estado Nacional desenvolvimentista, voltado à criação de políticas capazes de desenvolver a indústria nacional e a exploração de riquezas naturais. Respeitando assim a soberania nacional, mesmo com recursos limitados, pois a Guerra Fria “impunha ao Brasil uma redefinição explícita de

enquadramento no plano das relações políticas e econômicas a nível internacional” (D’Araújo, 1992, p. 112).

A Era Vargas teve seu fim marcado pela deposição de Getúlio em 29 de outubro de 1945, abrindo caminho para a República Populista (1946-1964). Eurico Gaspar Dutra venceu as eleições presidenciais feitas em dezembro de 1945 e assumiu a presidência no ano seguinte. Como afirma Thomas Skidmore (2003), o primeiro ano de mandato foi relativamente tranquilo para Dutra, com a UDN colaborando com seu governo. Ainda nesse ano, uma assembleia constituinte foi eleita para elaborar uma nova Carta Magna. Essa constituição, conhecida como “A libertadora”, de caráter democrático e liberal, garantiu a autonomia dos poderes Legislativo, Executivo e Judiciário, o voto secreto e introduziu o princípio garantidor característico do Estado Social. Podemos interpretar esse princípio do Estado Social, como um instrumento de controle da população. Assim, a constituição pode ser compreendida como um Aparelho de Estado, que, embora garanta direitos fundamentais para a dignidade da vida humana, também objetiva a manutenção da ordem social vigente, a partir de algumas concessões e de dispositivos legais que possam ser utilizados quando necessário.

A partir do final de 1946 e início do ano de 1947, o presidente Dutra passou a enfrentar uma oposição relativamente bem estruturada e crescente do Partido Comunista, que se reorganizou após o fim da Era Vargas. O partido vinha conquistando apoio popular e despertando temor entre os setores conservadores – e, dentro das perspectivas aqui adotadas, entre a classe dominante. Desse modo, a gestão de Dutra valeu-se de um artigo da Constituição de 1946 que permitia barrar a participação política de partidos considerados antidemocráticos, para proibir a atuação do Partido Comunista: “atitude apoiada, sem causar surpresa, pelo Exército, que havia sido um bastião da ideologia anticomunista” (Skidmore, 2003, p. 93). O fato coincidiu, ainda, com o início da Guerra Fria e do fortalecimento da política anticomunista financiada e difundida pelos Estados Unidos.

Essa repressão também atingiu mobilizações e greves populares ligadas a reivindicações trabalhistas. Além do mais, revela-se uma contradição: Dutra, que havia sido eleito apenas em função do apoio declarado de Vargas e de sua caminhada de concessões de direitos à classe trabalhadora, entra em conflito direto com ela. Em síntese, para Dandara de Oliveira:

A forma como as demandas dos trabalhadores eram tratadas, aproximou Dutra das políticas da Primeira República onde a repressão era a principal resposta para as exigências frente aos direitos que já haviam sido conquistados ao longo do governo Vargas e inseridos na Constituição de 1946 (2016, p. 23).

Em paralelo a uma crise econômica no período pós-guerra, para reprimir as manifestações populares, Dutra recorreu ao poderoso aparato policial e militar herdado do Estado Novo (Neto, 2014, p. 75). A tentativa de silenciamento dos trabalhadores e das manifestações populares, que criticavam o presidente, só pode ser feita, justamente, por haver um Aparelho Repressivo de Estado, nesse caso, feita pelas forças policiais e com o apoio do exército. Portanto, sob a interpretação de Althusser (1980) tanto a repressão militar quanto a utilização seletiva dos dispositivos constitucionais revelam o funcionamento articulado dos Aparelhos Ideológicos de Estado.

Destaca-se que durante o governo Dutra, a principal expressão populista não ocorreu no âmbito federal. De acordo com Thomas Skidmore, Ademar de Barros, governador de São Paulo eleito em 1947, é um dos populistas mais notáveis da época. Em sua campanha, conquistou parte significativa da classe trabalhadora de São Paulo e também conseguiu atrair um expressivo número de apoiadores da classe média: “misturado ao empreguismo generoso, vistosas obras públicas e uma campanha pitoresca, ele se mostrou notavelmente bem sucedido” (Skidmore, 2003, p. 95).

A crise econômica e a baixa popularidade de Dutra, somadas aos enfrentamentos com a massa operária, facilitaram a volta democrática de Getúlio Vargas ao Catete, mesmo sem o apoio do presidente em exercício. A campanha presidencial de 1950 foi marcada por um forte apoio popular ao nome de Vargas, expresso em manifestações embaladas pelo slogan: “Ele voltará”.¹ Esse apoio pode ser explicado pela memória positiva que essas pessoas guardavam do são-borjense. A criação da CLT, instituída durante o Estado Novo, em 1943, representou uma vitória inédita para a classe trabalhadora e, ao mesmo tempo, uma medida de Vargas para legitimar o poder e garantir apoio.

A campanha popular foi de extrema importância para Getúlio, pois grande parte da imprensa nacional se opôs a sua eleição. Essa resistência explicava-se pela censura imposta pelos meios de comunicação durante o Estado Novo. A título de exemplo, o Departamento de Imprensa e Propaganda (DIP) foi um órgão da Era Vargas responsável pela verificação das publicações na imprensa e por censurar posições contrárias à ditadura varguista. O DIP também

era responsável pela propaganda, sendo uma das principais armas do regime e “a peça-chave que ligou o sistema e o fez funcionar” (Schwarcz e Starling, 2018, p. 376). Trata-se, portanto, de um excelente exemplo de AIE de informação, de natureza estatal, filtrando e manipulando o que viria a público.

O “pai dos pobres” foi a máxima expressão populista do Brasil, sempre lembrado com benevolência. Suas políticas concessivas foram fundamentais para a manutenção do poder getulista durante o Estado Novo. Em seu segundo governo, Vargas adotou uma ideologia nacionalista, coerente ao contexto mundial da Guerra Fria, buscando reduzir a influência estadunidense, sob a justificativa de priorizar os interesses soberanos do país. Ainda durante a campanha de Vargas, nota-se um possível AIE religioso. As classes mais abastadas não tinham interesse em sua eleição, e, portanto, diversos artifícios foram utilizados pela oposição. Foram constantes as publicações de notas elaboradas pela Liga Eleitoral Católica (LEC),ⁱⁱ condenando a aliança entre Vargas e Café Filho para vice-presidente, articulação estruturada, inclusive por Ademar de Barros. Alegava-se que o candidato a vice-presidente possuía ligação com os comunistas, ideologia que feria com os princípios cristãos. Esse episódio exemplifica como valores e princípios religiosos perpassam discursos políticos e contribuem para a manutenção da ordem dominante.

Segundo Maria Celina D’Araújo (1992), a campanha presidencial de Vargas baseou-se em três componentes: desenvolvimentismo, nacionalismo e populismo. Pautados na assistência social, como forma de garantir a cidadania e os direitos trabalhistas. “Certamente, essa visão do Estado tem uma conotação paternalista e autoritária” (D’Araújo, 1992, p. 102), configurando uma clara medida populista. A autora ressalta que o varguismo apresentou uma série de ambiguidades e não se interessou em consolidar instituições políticas voltadas à participação popular:

O getulismo, nesse sentido, manteve um apelo político não-organizativo, pois sua conclamação, aos trabalhadores era feita a partir da imagem de Vargas como “pai dos pobres”, e essa pregação paternalista excluía formas independentes e autônomas de expressão de interesses (D’Araújo, 1992, p. 111).

A expansão da indústria nacional foi uma das prioridades da administração em conjunto com o investimento em empresas públicas para estimular o frágil capital nacional e a fundação do BNDE, uma instituição financeira de fomento nacional. Nesse contexto, a criação da Petrobrás foi proposta pelo governo Vargas: em um primeiro momento, a exploração seria mista

e as refinarias existentes até o momento seriam mantidas particulares; posteriormente, o projeto foi alterado. O ponto central, porém, é a campanha popular “O Petróleo é nosso”,ⁱⁱⁱ que mobilizou amplos setores sociais em defesa da exploração nacional do petróleo e contra a abertura do setor a capitais estrangeiros. Afinal, Vargas vinha sendo enfático, em seus discursos, na defesa dos interesses nacionais (Skidmore, 2003).

Como já mencionado, a grande imprensa nacional mantinha oposição à Getúlio, que se intensificou ao longo dos anos. Portanto, contava basicamente com o jornal Última Hora, de Samuel Wainer, e com programas de rádios financiados por recursos públicos. É importante destacar que o jornal se envolveu em polêmicas ao contratar um financiamento do Banco do Brasil, supostamente facilitado pela intervenção do presidente da República: “em meados de 1953, as denúncias que envolvem o jornal Última Hora vêm coroar o final de um processo de comprometimento da administração governamental. O cerco da imprensa toma-se definitivamente” (D’Araújo, 1992, p. 29). Esse meio de comunicação, aliado ao governo, também pode ser interpretado como um AIE de informação garantido pelo próprio Estado.

O governo Vargas tentou, de várias formas, investir em medidas populistas para contornar a crise, como a nomeação de João Goulart para o Ministério do Trabalho. No entanto, incapaz de alcançar algo próximo a tranquilidade ou a um consenso:

O populismo getulista aparece, nesse contexto, como ameaça ao sistema democrático, já que representa, para a oposição, a consolidação de uma vertente popular facilmente manipulável por sua liderança, com alta probabilidade de distorcer e mesmo anular a eficácia dos partidos em geral (D’Araújo, 1992, p. 136).

Para não nos estendermos demasiadamente sobre os fatos ocorridos em cada mandato, partiremos para a compreensão da crise que levou Vargas ao suicídio em 1954. Esse cenário é marcado por uma conjuntura econômica delicada, com altas taxas de inflação, forte oposição udenista e o desgaste com a grande imprensa nacional. Por fim, o episódio da Rua Tonelero, envolvendo Vargas e Carlos Lacerda, principal nome da oposição anti-getulista, foi o estopim para seu derradeiro fim.

Entre o suicídio do são-borjense e as novas eleições que elegeram Juscelino Kubitschek presidente e João Goulart vice, três nomes governaram o país: Café Filho, (vice-presidente, sofreu impeachment posteriormente), Carlos Luz (presidente da Câmara) e Nereu Ramos (presidente do Senado). Kubitschek sofreu, inclusive, uma tentativa de golpe de Estado baseada

no questionamento do resultado eleitoral. Entretanto, o golpe foi impedido pelo Marechal Lott, em defesa da Constituição Federal vigente na época.

Pautado no lema “50 anos em 5” Juscelino Kubitschek venceu as eleições com cerca de 36% dos votos, já que na época, a Constituição garantia a vitória a quem obtivesse a maior porcentagem e não necessariamente mais de 50%. Já no início de seu mandato, apresentou o “Plano de Metas”, construído a partir de 30 objetivos que abrangiam energia, transportes, alimentação, indústria de base e, por fim, educação:

O Plano de Metas foi o primeiro e o mais ambicioso programa de modernização já apresentado ao país. Com ele, Juscelino deu concretude ao slogan que animara a campanha presidencial - “cinquenta anos em cinco” - e se propôs a efetuar uma mudança estrutural na capacidade produtiva nacional (Schwarcz e Starling, 2018, p. 415).

A meta-síntese de modernização foi a construção de uma nova capital para o país, Brasília, erguida com o esforço de muitos trabalhadores. As principais metas alcançadas referiam-se à malha rodoviária e à modernização. Os objetivos relacionados à alimentação, à melhoria das condições de vida e à infraestrutura do sistema educacional, permaneceram apenas no projeto, sem implementação prática.

Embora o populismo não se manifeste com tanta clareza na gestão de JK quanto no segundo mandato de Vargas, é possível identificá-lo com um olhar atento. Para Maria Celina D’Araújo (1992, p. 187) “muito provavelmente, a dramaticidade do final do governo favorece o populismo, que prevalecerá com Juscelino Kubitschek, em detrimento da tendência autoritária, que se torna hegemônica em 1964”. Em síntese, JK seguiu os planos getulistas de desenvolvimento acelerado da indústria nacional, utilizando-se de uma retórica nacionalista e modernizadora que mobilizava, por meio de animadores discursos, as classes urbanas emergentes. Essa mobilização só foi possível em função do uso de instrumentos de comunicação, fossem estatais ou privados, para divulgar os grandes feitos estatais.

A propaganda difundia entre a população os ideais do progresso e a imagem de um novo Brasil, capaz de superar desigualdades sociais — um claro exemplo de AIE de informação. Essa dimensão ideológica foi crucial para o populismo: a mobilização do apoio popular e a construção de uma ideia de cooperação nacional objetivava a justificação do Plano de Metas e de suas consequências, colocando o Estado como agente atuante na transformação do país.

O dispositivo ideológico de informação buscava reproduzir as condições ideológicas que sustentam as políticas populistas, não pela força, mas sim através da construção da imagem de um Brasil melhor para todos, naturalizando e legitimando as ideias de progresso, integração nacional, trabalho e sacrifício pelo desenvolvimento do país. Contudo, o progresso teve um alto custo social: a inflação tornou mais cara a vida cotidiana da população brasileira, movida pelos empréstimos internacionais tomados para viabilizar o Plano de Metas. Em resumo, JK apostou nos centros urbanos e ignorou reivindicações populares, principalmente as do meio rural, como a reforma agrária.

O AIE da educação também é perceptível no governo de Kubitschek, através do investimento de recursos públicos na educação técnico-profissional. Pensada no Plano de Metas para viabilizar a formação de profissionais para o mercado, foi instituída através da Lei Federal nº 3.552 de 16 de fevereiro de 1959:

O governo de Juscelino Kubitschek (1956-1961) traz a marca do aprofundamento da relação entre Estado e economia. Neste período, a indústria automobilística surge como o grande ícone da consolidação da indústria nacional. O Plano de Metas do Governo JK nesses cinco anos prevê investimentos maciços nas áreas de infraestrutura (à produção de energia e ao transporte são conferidos 73% do total dos investimentos). Pela primeira vez contempla-se o setor de educação com 3,4% do total de investimentos previstos. O objetivo era a formação de profissionais orientados para as metas de desenvolvimento do país (Brasil, 2001, p. 4).

A educação técnico-profissional incorporou a ideologia desenvolvimentista, e, assim, o AIE educacional moldava a visão de futuro dos jovens brasileiros enquanto legitimava o modelo econômico vigente. Em paralelo, com a classe trabalhadora, “JK adotou uma política cautelosa de generosos aumentos salariais e continuou com o controle governamental na estrutura sindical” (Skidmore, 2003, p. 93). Atuando de forma semelhante ao modelo varguista nas negociações com líderes sindicais.

Jânio Quadros, movido pelo lema “varre, varre, vassourinha”, logrou as eleições de 1960 e consagrou-se o 22º presidente do Brasil. João Goulart, o Jango, elegeu-se novamente vice-presidente. Para Skidmore (2003, p. 232) antes de 1959, Quadros não poderia ser considerado um populista, mas essa percepção mudou às vésperas do início da campanha eleitoral onde sua oposição ao sistema, críticas à corrupção e à ineficiência administrativa do governo apresentaram “atração a elementos de todas as classes”.

A partir disso, observa-se que a gestão de Quadros, embora curta, pode ser ligada ao populismo por sua eficiente comunicação política com as massas e a construção de imagem

feita para alcançar a cadeira presidencial. Todavia, a eficiência de Jânio Quadros não se mostrou a mesma ao administrar o país. De acordo com Schwarcz e Starling (2018, p. 432) decisões unilaterais e gestos contraditórios minaram seu apoio em outros setores do governo. Como por exemplo, a condecoração feita a Ernesto Che Guevara com a Ordem do Cruzeiro do Sul, feita durante uma visita sua ao Brasil.

Para completar o cenário caótico, Quadros enviou Jango à República Popular da China, para articular parcerias comerciais. Essas medidas desgastaram ainda mais a relação do presidente com as elites políticas e militares e o levaram a renunciar à presidência da República em 25 de agosto de 1961, enquanto seu vice-presidente estava fora do país. Dessa maneira, a falta de um alinhamento ideológico e de estratégias que pudessem legitimar seu governo, levaram-no a um breve fim, não sendo possível estabelecer ligação com AIEs concretos. De acordo com a Constituição Federal, João Goulart deveria assumir a cadeira presidencial, mas enfrentou resistência devido ao seu passado getulista e às defesas de bandeiras progressistas, associadas à esquerda, como a reforma agrária. Porém, a Campanha da Legalidade, liderada por Leonel Brizola, governador do Rio Grande do Sul, garantiu o cumprimento da Lei e instaurou, como medida apaziguadora, o parlamentarismo, até 1963 quando por plebiscito, o país retornou ao presidencialismo.

Jango defendia as Reformas de Base, mudanças que buscariam atender antigas reivindicações da população, sem pôr fim à estrutura econômica vigente. Sob a ótica althusseriana, mobilizou instituições como sindicatos, mídia estatal e sistema educacional para legitimar suas propostas, difundindo a ideologia reformista e suas consequências positivas para o desenvolvimento nacional. Sua imagem como líder das massas pode ser interpretada como elemento ideológico: para Althusser (1980) a ideologia, articulada através dos AIEs, cria uma espécie de ilusão que desvia o olhar das instituições e das relações de poder que ali ocorrem, para a centralização simbólica do líder. Mascarando, dessa maneira, a estrutura de poder subjacente. Desse modo, Goulart fez uso da retórica de harmonização de interesses, apostando no papel do Estado como mediador e atuando como mecanismo de reprodução das relações de produção.

A crise econômica embalada pela alta inflação, a oposição da elite conservadora e a falta de apoio dos demais setores estatais deixaram Jango vulnerável. Essas tensões políticas foram intensificadas pela polarização entre grupos conservadores e progressistas, alimentadas pelos discursos de que as Reformas de Base de Jango – como reforma agrária e ampliação dos

direitos trabalhistas – abririam caminho para o socialismo e comunismo no país. Na instabilidade política, setores ligados à elite empresarial, à Igreja Católica e as Forças Armadas passaram a enxergar em Jango uma ameaça à ordem vigente.

A crise interna somada ao contexto de Guerra Fria teve papel crucial para a queda de Jango. Além da polarização política motivada por um embate entre as ideologias de esquerda e direita, os Estados Unidos, preocupado em manter a América Latina sob influência do bloco capitalista, ofereceu todo o suporte necessário para a instauração de ditaduras militares em vários países, não sendo diferente no Brasil. Assim, essa conjuntura foi determinante para o sucesso do golpe militar aplicado em 31 de março de 1964, que inaugurou um regime autoritário que perdurou 21 anos. O próprio golpe, liderado pelo exército, mas feito com apoio de setores civis, pode ser interpretado como o uso de um Aparelho Repressivo de Estado, que a partir da violência, mas também da ideologia, depôs um presidente que poderia ameaçar a ordem vigente.

Por fim, como forma de sintetizar todas as informações abordadas no texto, elaborou-se a tabela a seguir, esquematizando a relação entre as ferramentas de legitimação adotada por cada um dos governos analisados, bem como o AIE ou ARE mobilizado para tal:

Tabela 1 - Síntese de Evidências Empíricas e Função Ideológica nos Governos Populistas

Governo e período	Evidência histórica	AIE/ARE utilizado	Objetivo de legitimação
Eurico Gaspar Dutra (1946-1951)	Inserção do Partido Comunista na ilegalidade; repressão ao movimento sindical.	AIE: Uso do aparato jurídico; ARE: uso da força policial repressiva e controladora.	Controle político-partidário e repressão da base opositora; consolidação da ordem social com uso da força.
Getúlio Vargas (1951-1954)	Campanha através do slogan: “O petróleo é nosso”; apoio e facilitação financeira ao jornal <i>Última Hora</i> de Samuel Weiner; sindicalismo corporativista/estatal.	AIE informacional (imprensa); AIE sindical.	Mobilização da população na construção do nacionalismo econômico.
Juscelino Kubitschek (1956-1961)	Plano de Metas; investimentos em educação profissionalizantes e propaganda estatal.	AIE da educação; AIE informacional (imprensa e propaganda oficial).	Mobilização popular para justificar os custos sociais do desenvolvimentismo e legitimar o Estado como agente transformador.
João Goulart (1961-1964)	Reformas de Base; uso dos sindicatos e mídia estatal. (propaganda oficial).	AIE informacional (mídia/imprensa); AIE sindical.	Uso da retórica populista na busca de apoio às reformas de base e à imagem de união popular, pensando também em mascarar as contradições sociais existentes.

Elaborado pela autora.

De que modo a ideologia opera na dominação e legitimação política segundo Zizek?

Para Slavoj Zizek (2010), filósofo esloveno nascido na antiga Iugoslávia, a Ideologia é uma matriz que regula o invisível e o visível, não sendo somente um conjunto de ideias, mas sim uma estrutura. Essa estrutura tem como objetivo determinar a forma como pensamos e agimos, imperceptivelmente. Nesse sentido, filtra nossa percepção sobre o que é real e o que não é, criando uma falsa consciência sobre a realidade:

Ideologia pode designar qualquer coisa, desde uma atitude contemplativa que desconhece sua dependência em relação à realidade social, até um conjunto de crenças voltado para a ação desde o meio essencial em que os indivíduos vivenciam suas relações com uma estrutura social até as ideias falsas que legitimam um poder político dominante. Ela parece surgir exatamente quando tentamos evitá-la e deixa de aparecer onde claramente se esperaria que existisse (Zizek, 2010, p. 9).

Portanto, além de moldar falsas consciências, para Zizek, a ideologia atua na legitimação política ao estruturar a realidade social de modo que os membros dessa sociedade não percebam as contradições existentes no sistema. Está em tudo, inclusive nos parâmetros utilizados para detectá-la e tem a função de sustentar a realidade social: “dito de maneira simples, a realidade nunca é diretamente “ela mesma”; só se apresenta através de sua simbolização incompleta/falha” (Zizek, 2010, p. 26). Por isso, todo discurso é de natureza ideológica e para poder interpretá-lo de forma crítica, é preciso superar algumas camadas ideológicas e em primeiro lugar, reconhecê-la.

Vale destacar: a ideologia não é uma questão de mentira versus verdade, mas edifica uma estrutura, na qual não mente, mas organiza a verdade para torná-la funcional ao poder. Essa organização é feita através de rituais que naturalizam determinadas ações, e isso é feito pelos Aparelhos Repressivos de Estado (ARE) e pelos Aparelhos Ideológicos de Estado (AIE), que materializam a atuação desses microprocessos através da ideologia. Desse modo, podemos conectar Zizek e Althusser. A ideologia criou raízes na subjetividade das práticas sociais cotidianas e opera, através dos AIEs, em atividades simples, como ir à escola, à igreja, participar de um sindicato ou ler um jornal. É através dessas práticas que a ideologia se torna capaz de naturalizar aquilo que não é natural, reproduzir crenças e dificultar uma percepção crítica das estruturas de poder. Como exemplo, podemos citar a Liga Eleitoral Católica que, com base nos

preceitos morais e religiosos, empreendeu uma forte campanha anticomunista a partir do fim do Estado Novo.

Outro conceito relevante para a análise aqui desenvolvida é o cinismo cotidiano, elaborado pelo autor em sua obra *O sublime objeto da ideologia*, pois mostra como a propaganda e os símbolos ideológicos continuam operando mesmo quando a população reconhece seu caráter manipulador: “o cinismo é a resposta da cultura dominante a essa subversão cínica: reconhece, leva em conta o interesse particular por trás da universalidade ideológica, a distância entre a máscara ideológica e a realidade, mas ainda encontra razões para conservar a máscara” (Zizek, 2024, p. 59). Nos governos populistas, a repetição de gestos simbólicos, manifestações públicas e instrumentos de comunicação estatais, estruturam comportamentos e crenças, consolidando apoio popular mesmo diante do reconhecimento crítico de sua função propagandística.

Além disso, Zizek introduz o conceito de fantasia ideológica, que explica como as contradições econômicas e sociais são absorvidas pela narrativa oficial, permitindo que tensões estruturais sejam naturalizadas e integradas na vida cotidiana. Para o autor, “a ilusão despercebida e inconsciente é o que podemos chamar de *fantasia ideológica*” (Zizek, 2024, p. 63). Os slogans “Ele voltará” e o “Petróleo é nosso”, abordados no texto, são exemplos de elementos dessa fantasia ideológica, que tem como objetivo unir a população e construir uma ideia de consenso.

Dessa forma, os conceitos de Zizek dialogam com a teoria althusseriana: enquanto Louis Althusser mostra como os AIEs operam na reprodução da ideologia, Zizek explica por que as contradições econômicas e sociais são integradas na narrativa oficial, como a propaganda continua operando mesmo depois de reconhecida como tal e como a identificação com o líder é capaz de mobilizar o povo como unidade simbólica. Portanto, sob a ótica do populismo, essas perspectivas combinadas permitem interpretar a ideologia como elemento estruturante e presente em todos os setores sociais, que torna o líder populista um símbolo de defesa da soberania popular, através da elaboração de um falso consenso, tendo como objetivo máximo, garantir o poder político sem enfrentar os antagonismos estruturais do sistema.

Considerações finais

A República Populista (1946-1964) foi uma importante experiência democrática para o Brasil. Apesar de tentativas de golpe e deposição de presidentes, a Constituição Federal de 1946

foi respeitada, pelo menos até março de 1964, quando João Goulart sofreu um golpe de Estado por militares brasileiros, legitimado por alguns setores civis. Esse artigo procurou relacionar a atuação dos governos populistas brasileiros nas décadas de 1940 e 1960 a partir do aparato teórico de Althusser e Zizek. O primeiro autor nos permite refletir e identificar possíveis instituições, públicas e privadas, que agiram na interpelação do sujeito pelo Estado, para legitimar a ordem vigente do período abordado. Já a fundamentação teórica do segundo, possibilitou esclarecer a atuação da ideologia nessas instituições.

No primeiro subtítulo: “Fundamentação teórica: os AIEs e a Interpelação do Sujeito segundo Althusser” a teoria do autor foi explorada. Desse modo, a partir de trechos de seus escritos, pode-se compreender melhor e com maior profundidade os conceitos construídos pelo autor. Aprofundamento fundamental para que no subtítulo seguinte: “Uma interpretação: as AIEs de Althusser nos governos brasileiros da República Populista (1946-1964)” fosse possível relacionar diretamente os governos populistas e o uso do AIE ou ARE em cada um deles.

A partir da análise dos governos de Eurico Gaspar Dutra, Getúlio Vargas, Juscelino Kubitschek e João Goulart, observou-se como a ideologia, materializada a partir dos AIEs, sejam eles de informação, educação e até mesmo religiosos, exerceu seu papel na interpelação dos sujeitos políticos. Logo, foi possível produzir uma adesão popular às políticas vigentes, atreladas ao projeto nacional-desenvolvimentista. É preciso justificar que o foco principal de análise foi o governo Vargas, por ser ele o nome populista de maior expressão no Brasil e um dos maiores do Cone Sul americano.

Por fim, na terceira e última parte “De que modo a ideologia opera na dominação e legitimação política segundo Zizek?” complementou-se o entendimento ao destacar que a ideologia não apenas mascara a realidade, mas constitui a forma como os indivíduos se relacionam com o poder e o Estado, reforçando o papel do discurso populista para a mobilização popular, já que a dominação só se torna efetiva pela atuação dos AIEs. Portanto, esse estudo não apenas evidência a complexidade e persistência do populismo como fenômeno político no Brasil, mas também contribui para a reflexão crítica sobre as estratégias ideológicas e os meios pelos quais se materializou e atuou na história da política brasileira. Assim, à luz de Althusser e Zizek, permite compreender os mecanismos de legitimação do poder em contextos democráticos frágeis.

Referências

- ALTHUSSER, Louis. **Ideologia e Aparelhos ideológicos do Estado**. Lisboa: Presença, 1980.
- BOBBIO, Norberto; MATTEUCCI, Nicola; PASQUINO, Gianfranco. **Dicionário de Política**. 5. ed. São Paulo: UnB, 2004.
- BRASIL. **Parecer CNE/CES nº 436/2001**. Diário Oficial da União, Poder Executivo, Brasília, 6 abr. 2001. Seção 1E, p. 67.
- CAPELATO, Maria Helena R. **Multidões em Cena: Propaganda Política no Varguismo e no Peronismo**. São Paulo: Fapesp/Papirus, 1998.
- D'ARAÚJO, Maria Celina Soares. **O Segundo Governo Vargas 1951-1954: democracia, partidos e crise política**. 2. ed. São Paulo: Ática, 1992.
- EAGLETON, Terry. **Ideologia: uma introdução**. 2. ed. São Paulo: Boitempo, 2019.
- NETO, Lira. **Getúlio 3 (1945-1954): da volta pela consagração popular ao suicídio**. São Paulo: Companhia das Letras, 2014.
- OLIVEIRA, Dandara de. **De São Borja ao Catete: a campanha de Getúlio Vargas e a Tribuna da Imprensa na eleição presidencial de 1950**. 85 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em História) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2016.
- SCHWARCZ, Lilia M.; STARLING, Heloisa M. Yes, nós temos democracia. In: SCHWARCZ, Lilia M.; STARLING, Heloisa M. **Brasil: uma biografia**. 2. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2018. Cap. 15, p. 386-411.
- SKIDMORE, Thomas. **Brasil: de Getúlio a Castelo Branco (1930-1964)**. 13. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2003.
- ZIZEK, Slavoj. O espectro da ideologia. In: ZIZEK, Slavoj (org.). **Um mapa da ideologia**. 4. ed. Rio de Janeiro: Contraponto, 2010. Cap. 1, p. 7-38. Tradução de Vera Ribeiro.
- ZIZEK, Slavoj. Como Marx inventou o sintoma? In: ZIZEK, Slavoj. **Sublime objeto da ideologia**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2024. Cap. 1, p. 37-91. Tradução de Vera Ribeiro.

NOTAS

ⁱ Fonte primária disponível para consulta na exposição digital “Campanha de 1950” no FGV CPDOC. Acesso em: 10 out. 2025.

ⁱⁱ Fato consultado em fonte primária (Diário da Manhã, 21 set. 1950, p. 1).

ⁱⁱⁱ Imagens consultadas em fonte primária através do “Atlas Histórico do Brasil”, projeto do FGV CPDOC que permite acesso a uma série de mídias. Acesso em: 10 out. 2025.